



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Administrativa**

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e elaborar o Estudo de Caso (rascunho e redação definitiva).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva, e o Caderno de Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Setembro/2008

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

**Sobre Ética**

A palavra *Ética* é empregada nos meios acadêmicos em três acepções. Numa, faz-se referência a teorias que têm como objeto de estudo o comportamento moral, ou seja, como entende Adolfo Sanchez Vasquez, “a teoria que pretende explicar a natureza, fundamentos e condições da moral, relacionando-a com necessidades sociais humanas.” Teríamos, assim, nessa acepção, o entendimento de que o fenômeno moral pode ser estudado racional e cientificamente por uma disciplina que se propõe a descrever as normas morais ou mesmo, com o auxílio de outras ciências, ser capaz de explicar valorações comportamentais.

Um segundo emprego dessa palavra é considerá-la uma categoria filosófica e mesmo parte da Filosofia, da qual se constituiria em núcleo especulativo e reflexivo sobre a complexa fenomenologia da moral na convivência humana. A *Ética*, como parte da Filosofia, teria por objeto refletir sobre os fundamentos da moral na busca de explicação dos fatos morais.

Numa terceira acepção, a *Ética* já não é entendida como objeto descritível de uma Ciência, tampouco como fenômeno especulativo. Trata-se agora da conduta esperada pela aplicação de regras morais no comportamento social, o que se pode resumir como qualificação do comportamento do homem como ser em situação. É esse caráter normativo de *Ética* que a colocará em íntima conexão com o Direito. Nesta visão, os valores morais dariam o balizamento do agir e a *Ética* seria assim a moral em realização, pelo reconhecimento do outro como ser de direito, especialmente de dignidade. Como se vê, a compreensão do fenômeno *Ética* não mais surgiria metodologicamente dos resultados de uma descrição ou reflexão, mas sim, objetivamente, de um agir, de um comportamento conseqüencial, capaz de tornar possível e correta a convivência.

(Adaptado do site Doutrina Jus Navigandi)

1. As diferentes acepções de *Ética* devem-se, conforme se depreende da leitura do texto,
  - (A) aos usos informais que o senso comum faz desse termo.
  - (B) às considerações sobre a etimologia dessa palavra.
  - (C) aos métodos com que as ciências sociais a analisam.
  - (D) às íntimas conexões que ela mantém com o Direito.
  - (E) às perspectivas em que é considerada pelos acadêmicos.
  
2. A concepção de ética atribuída a Adolfo Sanchez Vasquez é retomada na seguinte expressão do texto:
  - (A) núcleo especulativo e reflexivo.
  - (B) objeto descritível de uma Ciência.
  - (C) explicação dos fatos morais.
  - (D) parte da Filosofia.
  - (E) comportamento conseqüencial.

3. No texto, a terceira acepção da palavra ética deve ser entendida como aquela em que se considera, sobretudo,
  - (A) o valor desejável da ação humana.
  - (B) o fundamento filosófico da moral.
  - (C) o rigor do método de análise.
  - (D) a lucidez de quem investiga o fato moral.
  - (E) o rigoroso legado da jurisprudência.
  
4. Dá-se uma íntima conexão entre a *Ética* e o Direito quando ambos revelam, em relação aos valores morais da conduta, uma preocupação
  - (A) filosófica.
  - (B) descritiva.
  - (C) prescritiva.
  - (D) contestatária.
  - (E) tradicionalista.
  
5. Considerando-se o contexto do último parágrafo, o elemento sublinhado pode ser corretamente substituído pelo que está entre parênteses, sem prejuízo para o sentido, no seguinte caso:
  - (A) (...) a colocará em íntima conexão com o Direito. (**inclusão**)
  - (B) (...) os valores morais dariam o balizamento do agir (...) (**arremate**)
  - (C) (...) qualificação do comportamento do homem como ser em situação. (**provisório**)
  - (D) (...) nem tampouco como fenômeno especulativo. (**nem, ainda**)
  - (E) (...) de um agir, de um comportamento conseqüencial... (**concessivo**)
  
6. As normas de concordância estão plenamente observadas na frase:
  - (A) Costumam-se especular, nos meios acadêmicos, em torno de três acepções de *Ética*.
  - (B) As referências que se faz à natureza da ética consideram-na, com muita freqüência, associada aos valores morais.
  - (C) Não coubessem aos juristas aproximar-se da ética, as leis deixariam de ter a dignidade humana como balizamento.
  - (D) Não derivam das teorias, mas das práticas humanas, o efetivo valor de que se impregna a conduta dos indivíduos.
  - (E) Convém aos filósofos e juristas, quaisquer que sejam as circunstâncias, atentar para a observância dos valores éticos.
  
7. Está clara, correta e coerente a redação do seguinte comentário sobre o texto:
  - (A) Dentre as três acepções de *Ética* que se menciona no texto, uma apenas diz respeito à uma área em que conflui com o Direito.
  - (B) O balizamento da conduta humana é uma atividade em que, cada um em seu campo, se empenham o jurista e o filósofo.
  - (C) Costuma ocorrer muitas vezes não ser fácil distinguir *Ética* ou *Moral*, haja vista que tanto uma quanto outra pretendem ajuizar à situação do homem.
  - (D) Ainda que se torne por consenso um valor do comportamento humano, a *Ética* varia conforme a perspectiva de atribuição do mesmo.
  - (E) Os saberes humanos aplicados, do conhecimento da *Ética*, costumam apresentar divergências de enfoques, em que pese a metodologia usada.

8. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Nesta visão, os valores morais dariam o balizamento do agir*, a forma verbal resultante deverá ser:
- (A) seria dado.  
 (B) teriam dado.  
 (C) seriam dados.  
 (D) teriam sido dados.  
 (E) fora dado.

**Atenção:** As questões de números 9 a 14 referem-se ao texto abaixo.

**O homem moral e o moralizador**

*Depois de um bom século de psicologia e psiquiatria dinâmicas, estamos certos disto: o moralizador e o homem moral são figuras diferentes, se não opostas. O homem moral se impõe padrões de conduta e tenta respeitá-los; o moralizador quer impor ferozmente aos outros os padrões que ele não consegue respeitar.*

*A distinção entre ambos tem alguns corolários relevantes. Primeiro, o moralizador é um homem moral falido: se soubesse respeitar o padrão moral que ele impõe, ele não precisaria punir suas imperfeições nos outros. Segundo, é possível e compreensível que um homem moral tenha um espírito missionário: ele pode agir para levar os outros a adotar um padrão parecido com o seu. Mas a imposição forçada de um padrão moral não é nunca o ato de um homem moral, é sempre o ato de um moralizador. Em geral, as sociedades em que as normas morais ganham força de lei (os Estados confessionais, por exemplo) não são regradas por uma moral comum, nem pelas aspirações de poucos e escolhidos homens exemplares, mas por moralizadores que tentam remir suas próprias falhas morais pela brutalidade do controle que eles exercem sobre os outros. A pior barbárie do mundo é isto: um mundo em que todos pagam pelos pecados de hipócritas que não se agüentam.*

(Contardo Calligaris, **Folha de S. Paulo**, 20/03/2008)

9. Atente para as afirmações abaixo.
- I. Diferentemente do homem moral, o homem moralizador não se preocupa com os padrões morais de conduta.
- II. Pelo fato de impor a si mesmo um rígido padrão de conduta, o homem moral acaba por impô-lo à conduta alheia.
- III. O moralizador, hipocritamente, age como se de fato respeitasse os padrões de conduta que ele cobra dos outros.
- Em relação ao texto, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.  
 (B) II.  
 (C) III.  
 (D) I e II.  
 (E) II e III.

10. No contexto do primeiro parágrafo, a afirmação de que já decorreu *um bom século de psicologia e psiquiatria dinâmicas* indica um fator determinante para que
- (A) concluamos que o homem moderno já não dispõe de rigorosos padrões morais para avaliar sua conduta.  
 (B) consideremos cada vez mais difícil a discriminação entre o homem moral e o homem moralizador.  
 (C) reconheçamos como bastante remota a possibilidade de se caracterizar um homem moralizador.  
 (D) identifiquemos divergências profundas entre o comportamento de um homem moral e o de um moralizador.  
 (E) divisemos as contradições internas que costumam ocorrer nas atitudes tomadas pelo homem moral.

11. O autor do texto refere-se aos *Estados confessionais* para exemplificar uma sociedade na qual
- (A) normas morais não têm qualquer peso na conduta dos cidadãos.  
 (B) hipócritas exercem rigoroso controle sobre a conduta de todos.  
 (C) a fé religiosa é decisiva para o respeito aos valores de uma moral comum.  
 (D) a situação de barbárie impede a formulação de qualquer regra moral.  
 (E) eventuais falhas de conduta são atribuídas à fraqueza das leis.

12. Na frase *A distinção entre ambos tem alguns corolários relevantes*, o sentido da expressão sublinhada está corretamente traduzido em:
- (A) significativos desdobramentos dela.  
 (B) determinados antecedentes dela.  
 (C) reconhecidos fatores que a causam.  
 (D) conseqüentes aspectos que a relativizam.  
 (E) valores comuns que ela propicia.

13. Está correta a articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Se o moralizador vier a respeitar o padrão moral que ele impusera, já não podia ser considerado um hipócrita.  
 (B) Os moralizadores sempre haveriam de desrespeitar os valores morais que eles imporão aos outros.  
 (C) A pior barbárie terá sido aquela em que o rigor dos hipócritas servisse de controle dos demais cidadãos.  
 (D) Desde que haja a imposição forçada de um padrão moral, caracterizava-se um ato típico do moralizador.  
 (E) Não é justo que os hipócritas sempre venham a impor padrões morais que eles próprios não respeitam.

14. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) O moralizador está carregado de imperfeições de que ele não costuma acusar em si mesmo.  
 (B) Um homem moral empenha-se numa conduta cujo padrão moral ele não costuma impingir na dos outros.  
 (C) Os pecados aos quais insiste reincidir o moralizador são os mesmos em que ele acusa seus semelhantes.  
 (D) Respeitar um padrão moral das ações é uma qualidade da qual não abrem mão os homens a quem não se pode acusar de hipócritas.  
 (E) Quando um moralizador julga os outros segundo um padrão moral de cujo ele próprio não respeita, demonstra toda a hipocrisia em que é capaz.

**Atenção:** As questões de números 15 a 20 referem-se ao texto abaixo.

**Fim de feira**

Quando os feirantes já se dispõem a desarmar as barracas, começam a chegar os que querem pagar pouco pelo que restou nas bancadas, ou mesmo nada, pelo que ameaça estragar. Chegam com suas sacolas cheias de esperança. Alguns não perdem tempo e passam a recolher o que está pelo chão: um mamãozinho amolecido, umas folhas de couve amarelas, a metade de um abacaxi, que serviu de chamariz para os fregueses compradores. Há uns que se aventuram até mesmo nas cercanias da barraca de pescados, onde pode haver alguma suspeita sardinha oculta entre jornais, ou uma ponta de cação obviamente desprezada.

Há feirantes que facilitam o trabalho dessas pessoas: oferecem-lhes o que, de qualquer modo, eles iriam jogar fora. Mas outros parecem ciumentos do teimoso aproveitamento dos refugos, e chegam a recolhê-los para não os verem coletados. Agem para salvaguardar não o lucro possível, mas o princípio mesmo do comércio. Parecem temer que a fome seja debelada sem que alguém pague por isso. E não admitem ser acusados de egoístas: somos comerciantes, não assistentes sociais, alegam.

Finda a feira, esvaziada a rua, chega o caminhão da limpeza e os funcionários da prefeitura varrem e lavam tudo, entre risos e gritos. O trânsito é liberado, os carros atravancam a rua e, não fosse o persistente cheiro de peixe, a ninguém ocorreria que ali houve uma feira, freqüentada por tão diversas espécies de seres humanos.

(Joel Rubinato, inédito)

15. Nas frases *parecem ciumentos do teimoso aproveitamento dos refugos* e *não admitem ser acusados de egoístas*, o narrador do texto

- (A) mostra-se imparcial diante de atitudes opostas dos feirantes.
- (B) revela uma perspectiva crítica diante da atitude de certos feirantes.
- (C) demonstra não reconhecer qualquer proveito nesse tipo de coleta.
- (D) assume-se como um cronista a quem não cabe emitir julgamentos.
- (E) insinua sua indignação contra o lucro excessivo dos feirantes.

16. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *serviu de chamariz* = respondeu ao chamado.
- (B) *alguma suspeita sardinha* = possivelmente uma sardinha.
- (C) *teimoso aproveitamento* = persistente utilização.
- (D) *o princípio mesmo do comércio* = preâmbulo da operação comercial.
- (E) *Agem para salvaguardar* = relutam em admitir.

17. Atente para as afirmações abaixo.

- I. Os riscos do consumo de uma sardinha suspeita ou da ponta de um cação que foi desprezada justificam o emprego de *se aventuram*, no primeiro parágrafo.
- II. O emprego de *alegam*, no segundo parágrafo, deixa entrever que o autor não compactua com a justificativa dos feirantes.
- III. No último parágrafo, o autor faz ver que o fim da feira traz a superação de tudo o que determina a existência de *diversas espécies de seres humanos*.

Em relação ao texto, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

18. Está INCORRETA a seguinte afirmação sobre um recurso de construção do texto: no contexto do

- (A) primeiro parágrafo, a forma *ou mesmo nada* faz subentender a expressão verbal *querem pagar*.
- (B) primeiro parágrafo, a expressão *fregueses compradores* faz subentender a existência de “fregueses” que não compram nada.
- (C) segundo parágrafo, a expressão *de qualquer modo* está empregada com o sentido de *de toda maneira*.
- (D) segundo parágrafo, a expressão *para salvaguardar* está empregada com o sentido de *a fim de resguardar*.
- (E) terceiro parágrafo, a expressão *não fosse* tem sentido equivalente ao de *mesmo não sendo*.

19. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no plural para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) Frutas e verduras, mesmo quando desprezadas, não ..... (**deixar**) de as recolher quem não pode pagar pelas boas e bonitas.
- (B) .....-se (**dever**) aos ruidosos funcionários da limpeza pública a providência que fará esquecer que ali funcionou uma feira.
- (C) Não ..... (**aludir**) aos feirantes mais generosos, que oferecem as sobras de seus produtos, a observação do autor sobre o egoísmo humano.
- (D) A pouca gente ..... (**deixar**) de sensibilizar os penosos detalhes da coleta, a que o narrador deu ênfase em seu texto.
- (E) Não ..... (**caber**) aos leitores, por força do texto, criticar o lucro razoável de alguns feirantes, mas sim, a inaceitável impiedade de outros.

20. A supressão da vírgula altera o sentido da seguinte frase:

- (A) Fica-se indignado com os feirantes, que não compreendem a carência dos mais pobres.
- (B) No texto, ocorre uma descrição o mais fiel possível da tradicional coleta de um fim de feira.
- (C) A todo momento, dá-se o triste espetáculo de pobreza centralizado nessa narrativa.
- (D) Certamente, o leitor não deixará de observar a preocupação do autor em distinguir os diferentes caracteres humanos.
- (E) Em qualquer lugar onde ocorra uma feira, ocorrerá também a humilde coleta de que trata a crônica.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Administrativo**

21. Quando celebram termo de parceria com a Administração Pública, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, como entidades do terceiro setor,

(A) passam a integrar a Administração Direta.

(B) exercem atividade privada de interesse público.

(C) transformam-se em empresas estatais.

(D) exercem atividade de direito público.

(E) não estão sujeitas a fiscalização por parte do Tribunal de Contas.

22. Hervaldo, funcionário público efetivo, adquiriu um imóvel cujo valor é desproporcional à sua renda, não tendo ele outro rendimento além daquele decorrente do seu cargo, nem recebido herança ou qualquer tipo de prêmio, o que caracteriza, em tese, ato de improbidade administrativa. Nesse caso,

(A) não está sujeito às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa, se for processado criminalmente por corrupção passiva, tendo daí resultado o dinheiro para aquisição do imóvel.

(B) está sujeito às penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa, somente.

(C) está sujeito às penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo de sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

(D) se for demitido em razão de processo administrativo, reconhecendo conduta ilegal que tenha sido a fonte dos recursos para a aquisição do imóvel, não responderá por ato de improbidade administrativa.

(E) não está sujeito à pena de proibição de contratar com o Poder Público, prevista na Lei de Improbidade Administrativa, se pedir demissão antes do término do processo a que responde, nos termos dessa lei.

23. Órgão público da Administração Direta da União pretende realizar licitação cujo valor estimado é superior a quinze milhões. Nessa hipótese, o procedimento licitatório

(A) será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública.

(B) pode ser realizado na modalidade de tomada de preços.

(C) será obrigatoriamente realizado na modalidade de pregão em razão do valor.

(D) precisa ser previamente autorizado pelo Tribunal de Contas da União.

(E) precisa de prévia autorização legislativa.

24. Prefeitura Municipal realizou licitação para a compra de cadeiras escolares e, vencido o prazo para apresentação das propostas, nenhum interessado atendeu ao chamamento. Nesse caso,

(A) a aquisição do material objeto da licitação poderá ser feita diretamente se, justificadamente, não puder ser repetido o procedimento licitatório sem prejuízo para a Administração, devendo ser mantidas todas as condições da licitação frustrada.

(B) a licitação será dispensada porque ficou caracterizada a urgência de atendimento de situação que pode ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas ou serviços.

(C) a Administração deve repetir a licitação noventa dias depois, mantidas as condições do edital do certame fracassado.

(D) a compra pode ser feita diretamente porque inexigível a licitação por inviabilidade de competição.

(E) deve ser repetida a licitação com alteração do edital, de forma a que ocorram outros interessados.

25. Órgão Público da Administração Direta da União abriu licitação na modalidade pregão presencial para compra de medicamentos. Na sessão de julgamento, após os procedimentos de praxe, chega-se ao vencedor, cujo preço, entretanto, embora aceitável, está acima do estimado no procedimento. Nessa hipótese, o pregoeiro

(A) deve encerrar a sessão e, depois de negociar e conseguir preço justo e adequado, mesmo que não tenha havido recurso, encaminhar o processo para a autoridade competente fazer a adjudicação.

(B) deve fazer a adjudicação mesmo estando o preço acima do estimado, porque vedada a negociação.

(C) deve declarar frustrado o pregão e encerrar o leilão sem adjudicar porque o preço está acima do estimado.

(D) pode ignorar a proposta do primeiro classificado, porque superior ao preço de referência, e negociar com o segundo classificado.

(E) pode negociar com o vencedor para melhorar o preço.

26. Tendo em vista, especificamente, a hipótese de ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de extinção de órgão ou entidade, Édipo, na qualidade de autoridade administrativa, deverá ter em conta o cabimento da

(A) substituição que será aplicável em quaisquer situações.

(B) remoção que será feita no interesse da Administração.

(C) redistribuição que ocorrerá *ex officio*.

(D) remoção que será feita a pedido desde que haja cargo vago.

(E) redistribuição ou remoção a critério da Administração.

27. Demóstenes, ocupando o cargo de analista judiciário, ingressou com pedido de reconsideração, indeferido por Helena, autoridade que proferiu a primeira decisão sobre determinado direito funcional. Diante disso, é correto afirmar que o direito de petição

- (A) torna apto o interessado a postular em juízo em nome ou em causa própria, em qualquer situação.
- (B) se confunde, por sua natureza, com o direito de ação, podendo substituí-lo em qualquer caso.
- (C) pode ser utilizado como sucedâneo da ação penal pública perante o juízo criminal, salvo em matéria recursal.
- (D) prevê recurso do indeferimento do pedido de reconsideração, inclusive das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.
- (E) pode ser exercido pelo servidor público, desde que estatutário, em defesa de qualquer interesse.

28. Luiza, na qualidade de servidora pública federal, NÃO estará impedida de atuar em processo administrativo pelo fato de

- (A) estar litigando judicialmente com o cônjuge de interessado no referido processo administrativo.
- (B) ter adquirido, por compra, um veículo de pessoa interessada nesse processo.
- (C) estar litigando administrativamente com a companheira de interessado no aludido processo administrativo.
- (D) apresentar um interesse indireto na matéria desse processo.
- (E) ter participado como perita no processo em questão.

**Direito Civil**

29. A respeito da prescrição e da decadência, é correto afirmar:

- (A) As partes, desde que maiores e capazes, podem, por acordo, alterar os prazos de prescrição previstos em lei.
- (B) As partes, desde que maiores e capazes, podem renunciar a decadência fixada em lei.
- (C) A interrupção da prescrição ocorrerá tantas vezes quantas forem as causas interruptivas aplicáveis.
- (D) A exceção e a defesa do réu prescrevem no dobro do prazo previsto para a pretensão deduzida pelo autor.
- (E) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição.

30. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora

- (A) desde a prática do ato.
- (B) a partir da interpelação extrajudicial.
- (C) a partir da interpelação judicial.
- (D) a partir da propositura da ação.
- (E) a partir da citação.

31. João, José, Paulo, Pedro e Luiz foram processados criminalmente, acusados da prática de crimes e, afinal, foram absolvidos. As sentenças absolutórias transitaram em julgado, tendo ficado decidido no juízo criminal, nos respectivos processos, que inexistiu o fato imputado a João; que José não foi o autor do delito; que não havia prova da culpa atribuída a Paulo; que não havia prova da autoria do delito atribuída a Pedro; que a prova é contraditória quanto ao fato imputado a Luiz. A responsabilidade civil é independente da criminal, mas, não se poderá questionar mais no juízo cível a responsabilidade civil apenas de

- (A) Paulo, Pedro e Luiz.
- (B) Paulo e Pedro.
- (C) João, José e Luiz.
- (D) João e José.
- (E) Paulo e Luiz.

**Direito Constitucional**

32. O Tribunal de Contas da União é composto de 09 Ministros que serão escolhidos da seguinte forma:

- (A) um terço pelo Presidente da República, com aprovação da Câmara dos Deputados, e dois terços pelo Senado Federal.
- (B) dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, e um terço pelo Congresso Nacional.
- (C) dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, e um terço pelo Senado Federal.
- (D) um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, um terço pela Câmara dos Deputados, e um terço pelo Senado Federal.
- (E) um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, e dois terços pelo Congresso Nacional.

33. No que se refere aos princípios gerais da atividade econômica é INCORRETO afirmar:

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.
- (B) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- (C) não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
- (D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (E) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

34. No que concerne ao Poder Legislativo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- (A) É da competência exclusiva do Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (B) Além de outros casos previstos na Carta de 1988, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para conhecer do veto e sobre ele deliberar.
- (C) Os Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (D) Compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar o Advogado-Geral da União e o Procurador Geral da República nos crimes de responsabilidade.
- (E) Os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns.

35. A Emenda Constitucional nº 45 incluiu, dentre os legitimados à propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal,

- (A) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o partido político com representação no Congresso Nacional e o Presidente da República.
- (B) a Mesa do Senado Federal, o Governador do Distrito Federal e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o partido político com representação no Congresso Nacional e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (D) o Procurador Geral da República e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (E) o partido político com representação no Congresso Nacional e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

36. Em matéria de direitos sociais considere:

- I. Proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
- II. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.
- III. Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- IV. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.
- V. Proteção em face da automação, na forma da lei.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, APENAS os indicados nas assertivas:

- (A) I, II e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I e V.

**Direito do Trabalho**

37. A empresa urbana X fornece habitação como salário utilidade para Denise, sua empregada. A habitação fornecida pela empresa equivale a 15% de seu salário-contratual. A empresa urbana Y fornece alimentação como salário utilidade para Joaquim, seu empregado. Essa alimentação equivale a 25% de seu salário contratual. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

- (A) é vedada a concessão de habitação e alimentação como utilidade, seja qual for o percentual.
- (B) a alimentação fornecida respeita o limite máximo permitido, mas a habitação ultrapassa o limite legal.
- (C) ambas as utilidades respeitam o limite máximo permitido.
- (D) ambas as utilidades ultrapassam o limite máximo permitido.
- (E) a habitação fornecida respeita o limite máximo permitido, mas a alimentação ultrapassa o limite legal.

38. Marta labora para a empresa HUU, prestando há 3 anos horas extras habituais. Sua empregadora pretende suprimir as horas extras prestadas habitualmente por Marta. Neste caso, a empresa

- (A) deverá pagar a Marta uma indenização correspondente ao valor de um mês de horas extras suprimidas, multiplicado pelo número de anos que prestou este serviço extraordinário.
- (B) não poderá suprimir tais horas, tendo em vista que já se encontravam incorporadas no salário de Marta.
- (C) deverá pagar a Marta uma indenização correspondente a seis vezes o valor do último salário percebido.
- (D) deverá pagar a Marta uma indenização correspondente a seis vezes o valor da média das horas extras efetivamente trabalhadas nos últimos doze meses, multiplicado pelo valor da hora extra do dia da supressão.
- (E) deverá pagar a Marta uma indenização correspondente ao valor do último salário recebido multiplicado por trinta e seis.

39. No curso do período aquisitivo de férias, Maria recebeu auxílio doença por sete meses descontínuos. Neste caso, de acordo com a CLT, Maria

- (A) terá direito a 24 dias corridos de férias.
- (B) terá direito normalmente ao gozo de 30 dias de férias.
- (C) não terá direito a férias.
- (D) terá direito a 18 dias corridos de férias.
- (E) terá direito a 15 dias corridos de férias.

<p>40. No que diz respeito à suspensão e interrupção do contrato de trabalho, considere:</p> <p>I. Eleição para o cargo de Diretor de Sociedade Anônima.</p> <p>II. Afastamento para qualificação profissional do obreiro prevista em Convenção Coletiva de Trabalho e com a aquiescência formal do empregado.</p> <p>III. Deixar de comparecer ao trabalho por três dias consecutivos em virtude de casamento.</p> <p>IV. Comparecimento judicial ao Tribunal do Júri como jurado.</p> <p>Caracterizam interrupção do contrato de trabalho as hipóteses indicadas APENAS em</p> <p>(A) III e IV.          (B) I e II.          (C) II e III.          (D) I, III e IV.          (E) II e IV.</p>	<p>43. Maria ajuizou reclamação trabalhista face à empresa CACO pelo procedimento sumaríssimo. Porém, a prova do fato alegado por Maria exigiu prova técnica e o magistrado fixou, em audiência, o prazo, o objeto da perícia e nomeou perito. Neste caso, de acordo com a CLT, as partes</p> <p>(A) sairão intimadas da audiência a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de 10 dias.</p> <p>(B) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias.</p> <p>(C) sairão intimadas da audiência a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de 5 dias, iniciando pelo reclamante.</p> <p>(D) sairão intimadas da audiência a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de 5 dias, iniciando pela reclamada.</p> <p>(E) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de dez dias.</p>
<p>41. NÃO é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos</p> <p>(A) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário e licença-paternidade.</p> <p>(B) a irredutibilidade do salário.</p> <p>(C) o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.</p> <p>(D) a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.</p> <p>(E) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.</p>	<p>44. A respeito dos recursos no processo do trabalho, considere:</p> <p>I. Não caberá recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.</p> <p>II. Em regra, não caberá recurso ordinário da decisão que homologa acordo entre as partes.</p> <p>III. Caberá Embargos, no prazo de cinco dias, de decisão não unânime de julgamento que estender ou rever sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei.</p> <p>IV. Em regra, não caberá agravo de petição contra decisão que recusar a nomeação de bens à penhora, por não obedecer à ordem legal.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Processual do Trabalho</b></p> <p>42. A respeito das nulidades no processo do trabalho, considere:</p> <p>I. Não haverá nulidade se o juiz puder decidir o mérito da questão em favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade.</p> <p>II. A nulidade será pronunciada, mesmo quando argüida por quem lhe tiver dado causa, uma vez que se trata de questão de ordem processual, com interesse público previsto na Carta Magna.</p> <p>III. As nulidades relativas não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argüi-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.</p> <p>IV. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência.</p> <p>De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.          (B) I, II e IV.          (C) II, III e IV.          (D) I, III e IV.          (E) I e III.</p>	<p>De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e IV.          (B) I, II e III.          (C) I, II e IV.          (D) I e III.          (E) III e IV.</p> <p>45. Mário, representante legal da empresa VIDE, foi intimado por oficial de justiça da penhora em execução de reclamação trabalhista proposta por sua ex-funcionária Janete. Neste caso, de acordo com a CLT, o prazo para Mário interpor Embargos à Execução contará</p> <p>(A) da intimação da penhora.</p> <p>(B) da juntada aos autos do auto de intimação da penhora.</p> <p>(C) da notificação via postal da realização da penhora.</p> <p>(D) do despacho do magistrado que reconhecer válida a penhora.</p> <p>(E) após o decurso de cinco dias da juntada aos autos do auto de intimação da penhora.</p>



46. Na audiência designada em Vara do Trabalho compareceram o reclamante e o representante legal da empresa reclamada, ambos com seus respectivos advogados. Porém, após 10 minutos do horário marcado para a audiência, o magistrado ainda não havia chegado ao Fórum. O advogado da reclamada possuía outra audiência, então, aguardou 15 minutos e solicitou que o escrivão certificasse o ocorrido, se ausentando com o seu cliente. Neste caso, de acordo com a CLT,

- (A) a empresa reclamada deveria ter aguardado no mínimo 45 minutos para se ausentar, tendo em vista que este é o prazo legal, estando sujeita as penalidades da revelia.
- (B) o magistrado, quando chegar, decretará a revelia e confissão quanto a matéria de fato da empresa reclamada tendo em vista que eles possuíam a obrigação legal de aguardar o magistrado.
- (C) o magistrado, quando chegar, decretará a revelia e confissão quanto a matéria de direito da empresa reclamada, tendo em vista que eles possuíam a obrigação legal de aguardar o magistrado.
- (D) a empresa reclamada deveria ter aguardado no mínimo 30 minutos para se ausentar, tendo em vista que este é o prazo legal, estando sujeita às penalidades da revelia.
- (E) a empresa reclamada não sofrerá qualquer penalidade, tendo em vista ter aguardado o prazo legal.

47. As contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, serão executadas

- (A) mediante provocação do INSS, que poderá indicar a execução com valores desatualizados, hipótese em que o magistrado deverá conceder prazo de quinze dias para a devida atualização.
- (B) ex-officio, exceto sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido, havendo expressa disposição legal neste sentido.
- (C) mediante provocação do INSS, que deverá apurar e indicar valores certos e determinados, devidamente atualizados até a data do trânsito em julgado da decisão.
- (D) ex-officio, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido, havendo expressa disposição legal neste sentido.
- (E) mediante provocação do INSS, que poderá indicar a execução com valores desatualizados, hipótese em que o magistrado deverá conceder prazo de trinta dias para a devida atualização.

**Direito Processual Civil**

48. Entre outras hipóteses, considera-se inepta a petição inicial quando

- (A) o autor carecer de interesse processual.
- (B) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- (C) a parte for manifestamente ilegítima.
- (D) tiver ocorrido a decadência.
- (E) tiver ocorrido a prescrição.

49. A respeito da jurisdição e da ação, considere:

- I. Nenhum juiz prestará tutela jurisdicional, senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais.
- II. O direito de ação é objetivo, decorre de uma pretensão e depende da existência do direito que se pretende fazer reconhecido e executado.
- III. Na jurisdição voluntária, não há lide, tratando-se de forma de administração pública de interesses privados.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

50. A respeito das modificações da competência, é correto afirmar:

- (A) O juiz da ação principal não é competente para a ação declaratória incidente.
- (B) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, será competente para ambas o juízo em que tramitar a ação de maior valor.
- (C) A competência em razão do valor poderá modificar-se pela conexão ou continência.
- (D) A competência em razão da matéria pode ser modificada por convenção das partes, devendo constar de contrato escrito.
- (E) O foro contratual tem validade exclusivamente entre as partes, não obrigando seus herdeiros ou sucessores.